

Oiiandi, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio.- no movimento dos sentidos*. Campinas, S. R: Editora da Unicamp, 1995, 189 págs.

*RESENHADO POR: CELY BERTOLUCCI*

O título instigante deste livro de Eni Orlandi lança de imediato algumas indagações. A primeira questão inevitável é: o silêncio tem forma? O que significa o silêncio ter forma? Como se pode apreender a sua forma? Por que uma pesquisadora da linguagem se propõe a falar sobre o silêncio?

A hipótese da autora é que o silêncio é fundante e tem uma progressão histórica desde o 'mais silêncio' do mundo dos mitos até o 'menos silêncio' das explicações científicas. Entretanto, todo o processo de significação das coisas do mundo, realizado pelo ser humano, se dá por meio da linguagem. Em outras palavras, a evolução dos sentidos decorre de processos de interação social ao longo do tempo histórico, constituindo os diferentes campos do saber. Para Eni Orlandi, o que preside todo esse movimento dos sentidos é o silêncio fundante. O silêncio é considerado como um *continuum* absoluto, o real da significação, o real do discurso. Nesta perspectiva, o silêncio não é pensado como falta, mas a linguagem é que é pensada como excesso. A palavra aparece como movimento em torno do silêncio. Nesta obra, então, o silêncio é trazido à discussão para permitir a reflexão sobre a linguagem, supondo um funcionamento específico desta com o silêncio. Daí a proposta de descentração do verbal por meio do silêncio. Para compreendê-lo, na perspectiva discursiva, são problematizadas todas as tentativas de fixação da noção de silêncio, como as noções de linearidade, literalidade e completude, já que na Análise do Discurso (AD), o sentido se faz em todas as direções, e não numa linha reta. É o silêncio que preside essa possibilidade, porque quanto mais falta, mais possibilidade de sentidos existe. Pensar o silêncio põe questões a propósito dos limites da dialogia, uma vez que há um apagamento da divisão fundamental do sujeito. Na AD o sujeito é visto como centro imaginário e ideológico e não real.

O silêncio fundador significa garantia do movimento de sentidos, que é necessário e não originário, função da relação da língua com a ideologia, porque sempre se diz a partir de uma totalidade histórica, onde são produzidas todas as representações do mundo, todas as espécies de crenças e de conhecimentos. Além do silêncio fundador, Eni Orlandi distingue a política do silêncio, subdividida em: silêncio constitutivo e silêncio local.

O silêncio constitutivo indica que para dizer é preciso não-dizer, e que é a inserção dos sujeitos discursivos nas formações discursivas historicamente determinadas que dão sentidos ao dizer. Ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. É esse silêncio constitutivo que trabalha os limites e a constituição das formações discursivas (regiões de sentidos), determinando os limites do dizer. Isso mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis.

Se no silêncio constitutivo os sentidos são formados pela inserção do sujeito em determinadas formações discursivas, no silêncio local o sujeito é impedido pela censura de dizer o que pode ser dito, produzindo um enfraquecimento de sentidos. A censura, produzindo efeitos de falar e silenciar, tem materialidade lingüística e histórica.

A reflexão feita por Eni Orlandi sobre a censura objetiva compreendê-la como fato de linguagem, como política da palavra. Para explicá-la, a autora toma como princípio de funcionamento da linguagem o movimento permanente entre processos parafrásticos e polissêmicos. No livro, é analisada tanto a censura quanto a recusa de submissão a ela, exemplificando com o momento político brasileiro pós-1964. A censura, como silêncio imposto por um grupo dominante, intervém na formação e no movimento dos sentidos. O silenciamento produzido pela censura leva a um processo de produção de sentidos silenciados. É um processo que trabalha a divisão entre o não-dizer e o dizer, que impedem o sujeito e a sociedade de trabalharem o movimento de identidade e de elaborarem historicamente os sentidos. O silêncio intervém, portanto, na formação e no movimento dos sentidos e disso decorre, também, a ligação do não-dizer à história e à ideologia.

Se no discurso sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, ao impor-se censura, proíbe-se ao sujeito ocupar certos lugares, certas posições de sujeito discursivo. A censura, como formação discursiva, proíbe o sujeito de inscrever-se em outros discursos. Com isso afeta a identidade do sujeito-do-discurso, já que a identidade resulta de processos do sujeito pela circulação nas várias formações discursivas disponíveis, que faz com que suas palavras tenham sentido. Ao mudar de discurso, as palavras também mudam de sentido. Na censura, o dizível não é o mais desejável socio-historicamente definido pelas formações discursivas; nela já não se diz o que se pode dizer. A censura traduz a asfixia da circulação do sujeito, que não pode ocupar diferentes posições, afetando de imediato a sua identidade e provocando, ao mesmo tempo, rarefação do sentido, traduzindo um desejo narcísico do sentido absoluto. Se Narciso não se deixa atravessar por outros sentidos, nele não há movimento, não há apagamento possível, apenas um só discurso. O autoritarismo é uma narcisia social já que fixa um sentido único para toda a sociedade.

Para funcionar, a censura joga com o princípio do autor na medida que dá responsabilidade ao sujeito-autor sobre o que diz, e isso traz como consequência o impedimento do trabalho histórico do sentido. Na "língua-de-espuma", termo que traduz a formação discursiva da censura, os sentidos não se desdobram em outros sentidos. Porém, como o sujeito e a história estão sempre em movimento, onde há censura aparecem movimentos de resistência, levando o sujeito a mover-se nos sentidos antes impedidos pela censura. A resistência passa a trabalhar na mesma região da censura, jogando com as palavras do contexto hegemônico para re-significá-las. Por exemplo, no contexto da ditadura militar brasileira pós-1964, a reação contra o vazio deixado pela língua-de-espuma vem da música popular brasileira/MPB, dos jornais, da literatura. Estes grupos agiram na região estabelecida pela língua-de-espuma, simulando o senso comum para dizer o que era proibido. Várias foram as maneiras de fazer significar os sentidos censurados, com formas de linguagem que indicavam deslocamentos dos sentidos: substituição, repetição, jogo com significantes, imagens, construções, uso de referências à natureza, intertexto, jogo de palavras. São todas maneiras que mostram o funcionamento da linguagem por deslocamentos.

Outra forma de resistência a essa narcisia social é o sujeito retirar-se do mundo dos acontecimentos e significar em silêncio através das autobiografias. Aqui os movimentos identificatórios fluem na demanda por completude. Esse movimento mostra que o apagamento e o desejo de completude desempenham um papel fundamental no processo de constituição do sujeito e do sentido e mostra também que a incompletude é a condição da pluralidade da linguagem.

É o silêncio fundador que produz um estado significativo para que o sujeito se inscreva no processo de significação, mesmo na censura, fazendo significar por outros jogos de linguagem, o que lhe foi proibido. Na relação da formação discursiva com o sujeito, é o silêncio fundador que atua no não-fechamento, criando espaços para o deslocamento do sujeito e do sentido: deslocamento que implica movimento, portanto o múltiplo (polissemia) e não o mesmo (literalidade). No aqui e agora da formulação da enunciação - intradiscurso - o sujeito intervém no interdiscurso, na ordem do repetível e pode operar mudanças pelo movimento dos sentidos - contrário à literalidade, literalidade que nega o sujeito, já que representa o mesmo e nega a história do sujeito discursivo. O silêncio faz parte da relação do sujeito com o sentido porque o sentido é errático e o sujeito movente. O que mantém o sujeito em sua identidade (por meio de vários processos de identificação) é seu estar em silêncio.

Ao lado do silenciamento necessário, que leva ao movimento da identidade e dos sentidos, Eni Orlandi refere-se a outro tipo de silenciamento, que também se caracteriza como censura, mais sutil, é verdade, porém muito freqüente, e que ocorre nos meios intelectuais: o meio-plágio como apagamento da voz do outro, como comentário que se nega como tal. O meio-plágio, como fato discursivo,

situa-se no mesmo conjunto dos fatos do silenciamento e censura que traz consequências no trajeto dos sentidos e nos processos de identificação. É uma forma de censura dupla: ao outro (cala a voz do autor) e a si mesmo (impede que os sentidos se mostrem em seus percursos), gerando narcisia (fixidez) e onipotência de si. Isso é um reflexo do jogo ideológico da constituição dos sentidos que apaga as diferentes formações discursivas para promover a dominância de um sentido completo. O plágio leva a pensar a heterogeneidade do discurso. Se a linguagem é dialógica, então a alteridade é parte constitutiva do dizer, ou seja, o discurso é sempre atravessado por outros discursos. Pensar a relação entre linguagem e ideologia nos leva a concluir que os sentidos não têm donos, mas cada um os quer para si.

A censura, portanto, é um processo que não trabalha apenas a divisão entre o dizer e o não-dizer, mas aquela que impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade e elaborar sua história de sentidos. A censura é um processo que impede a elaboração histórica do sentido e a aquisição da força identitária. Só se pode pensar tudo isso na relação com o silêncio. A censura é um simulacro de silêncio, ela o objetiva impedindo que ele exerça sua força desorganizadora.

Eu diria que, neste livro denso, de apenas 189 páginas, Eni Pulcinelli Orlandi fez uma reflexão quase filosófica sobre a linguagem. Na perspectiva da Análise do Discurso, o silêncio é articulado com o objetivo de demonstrar a materialidade da linguagem, que possibilita a criação de regiões de sentido, com base em uma totalidade histórico-significativa. Tais regiões de sentido servem de suporte para o sujeito discursivo na determinação de sua identidade, assim como na formação e no movimento, não apenas dos sentidos, como também dos sujeitos. O sujeito, como produto de relações sociais, não é livre de coerções. Ele aprende a ver o mundo, adquire crenças e conhecimentos por meio dos discursos (expressão de ideologias) que assimila e reproduz a partir de um lugar. Enquanto a formação ideológica impõe o modo de pensar e de compreender o mundo, a formação discursiva impõe o que dizer. A criação de regiões de sentidos é função do discurso e, em última análise, é o discurso que servirá de suporte e determinação de identidade tanto para o sujeito discursivo quanto para a sociedade onde ele é produzido.

A autora articula a maioria dos conceitos fundamentais da Análise do Discurso, demonstrando grande intimidade com a linguagem, chegando mesmo a ser poética em muitas passagens de sua apresentação. Entretanto, a compreensão do texto, em sua profundidade, exige do leitor um prévio percurso teórico pelos conceitos da Análise do Discurso. A estratégia reflexiva da autora para compreender o funciona-

mento da linguagem, tendo como contraponto o silêncio, é muito criativa, embora possa trazer um complicador aos iniciantes, já que o tema do silêncio suscita sentidos múltiplos na mente do leitor, que podem dificultar a compreensão de muitas passagens do livro. O grande mérito desta obra é, sem dúvida, a clareza com que a autora articula vários conceitos centrais da AD para demonstrar, por um lado, os efeitos da censura no movimento dos sujeitos e dos sentidos, mediante a imposição de um discurso fixo que produz narcisia social, e, por outro lado, o meio-plágio como forma de censura entre iguais, trazendo igualmente reflexos no movimento dos sentidos e dos sujeitos.